



Nos termos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), a fiscalização prévia, a cargo da 1.^a Secção do Tribunal de Contas, aprecia a legalidade financeira dos atos, contratos e outros instrumentos geradores de despesa ou representativos de responsabilidades financeiras, antes de as mesmas serem realizadas.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Durante o mês de março de 2022 foram visados expressamente 117 atos e contratos submetidos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas (Sede e Secções Regionais dos Açores e da Madeira), representando quase 343 milhões de euros.

No mesmo período houve duas recusas de visto, representando mais de 16 milhões de euros.

DECISÕES DA FISCALIZAÇÃO PRÉVIA NO MÊS DE MARÇO

TIPOS DE DECISÃO	N.º PROCESSOS	%	VALOR (€)	%
Visto	60	38,96	190 037 447,61	52,79
Visto com Recomendações	28	18,18	141 140 026,12	39,21
Declaração de Conformidade Homologada	29	18,83	11 651 002,04	3,24
Recusa de Visto	2	1,30	16 329 792,00	4,54
Outras extinções da instância (*)	35	22,73	818 310,66	0,23
TOTAL DE DECISÕES	154	100	359 976 578,43	100

(*) Inclui devolvidos não sujeitos a visto, extinção da instância por deserção, indeferimento liminar, cancelados por desistência e outros cancelamentos

TOTAL ACUMULADO NO ANO DE 2022

TIPOS DE DECISÃO	N.º PROCESSOS	%	VALOR (€)	%
Visto	158	31,10	476 400 546,48	58,47
Visto com Recomendações	100	19,69	272 688 283,86	32,54
Declaração de Conformidade Homologada	71	13,98	41 432 514,54	4,94
Recusa de Visto	9	1,77	23 415 503,87	2,79
Outras extinções da instância (*)	170	33,46	896 102,49	0,11
TOTAL DE DECISÕES	508	100	814 832 951,24	100

Ligações úteis

- Acórdãos de recusa de visto (da 1.^a Secção) e outras Decisões em processos de fiscalização prévia (da 1.^a Secção)
- Sínteses de jurisprudência da 1.^a Secção, por assunto e por tipo de decisão